

ORIENTAÇÕES DIDÁTICAS E O DISCURSO DA NEGRITUDE: DA IDEALIZAÇÃO À REIFICAÇÃO

Jarbas Vargas Nascimento¹

Rosângela Aparecida Ribeiro Carreira²

RESUMO

Este artigo apresenta uma Análise do *ethos* africano presente em documentos oficiais, delimitando-se à análise das Orientações Didáticas Etnicorraciais (ODE) – ciclo I, do Município de São Paulo, com o objetivo de demonstrar que ainda as imagens de África são estereotipadas, analisando, a partir da Análise do Discurso de linha francesa, as diferentes dimensões semânticas que este *ethos* apresenta, demonstrando que, se por um lado, instaura e garante os direitos da população negra e indígena de terem, assim, seu passado e sua cultura resgatados, por outro, a maneira como o suporte se organiza manifesta o controle social inter-racial. No momento em que estabelece e inicia a questão apresentando elementos já postos como preconceito, discriminação e estereótipos.

PALAVRAS-CHAVE

Discurso; Negritude; Ethos; Preconceito e Estereótipos.

ABSTRACT

This paper presents an analysis of the African ethos present in official documents, delimiting the analysis of the Guidelines for Teaching Etnicorraciais (ODE) - Cycle I, the Municipality of São Paulo in order to demonstrate that even the images of Africa are stereotypical, analyz-

¹ Professor do Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa e do Departamento de Português da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. São Paulo, SP – Brasil, jvnf1@yahoo.com.br.

² Professora do Centro Universitário Ítalo-Brasileiro – UNIITALO e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Língua Portuguesa – PUC/SP. São Paulo, SP – Brasil, rose.carreira@gmail.com. Pesquisa fomentada pela CAPES.

ing from Discourse Analysis of French, the different semantic dimensions shows that this ethos, demonstrating that, on one hand, establishes and guarantees the rights of the indigenous black population and thus have their past and their culture rescued by another, how support is organized, expresses social control interracial. At the moment the question down and starts presenting elements already put as prejudice, discrimination and stereotyping.

KEY WORDS

Discourse; Ethos; Prejudice and Stereotypes.

1. Discurso da Negritude: um *Ethos* e Três Faces

A definição do termo *sociedade*, em muitos dicionários, pressupõe a união dos indivíduos, seja por sua procedência, seja por interesses comuns ou por leis, em que no desenvolvimento político social da democracia no sistema capitalista *todos somos/seríamos iguais perante a lei*, premissa fundada de tal forma que se reitera em uma espécie de senso comum.

Todavia, antagonicamente, alguns sujeitos parecem ser “menos iguais que outros”, seja por sua condição social, cultural, religiosa, genérica ou racial, e seria hipocrisia não admitir tal fato.

De igual maneira, seria ingênuo partir da premissa de que somente as leis bastam para consolidar o conceito do termo *sociedade* num país como o Brasil, onde as desigualdades sociais ainda são enormes e os índices gerais relacionados à educação, à habitação, ao salário e outros itens fundamentais ainda são alarmantes, embora, segundo o discurso dominante, seja um país em “ascensão econômica”.

Em vista disso, sociedade e democracia são aspectos que deveriam ser relacionados de forma óbvia, sem necessidade de ligar a democracia a qualquer outro aspecto, não fosse sua propriedade intrínseca. Entretanto, tal qual a sociedade segmentada

em classes, rótulos e categorias, a democracia é seccionada em “democracias” que visam a diminuir as diferenças que impedem a plenitude política social. De sorte que as minorias veem-se obrigadas a lutar precocemente por seu espaço.

Consequentemente, encontramos a democracia do absurdo contemporâneo, facetada em múltiplas necessidades básicas humanas, cujas bases e direitos são secções de uma única e mesma razão social, que é a Democracia real. Encontramos, assim, a luta por uma democracia sexual, racial, religiosa, para que essas minorias sejam “incluídas” socialmente e tenham seus direitos respeitados.

De sorte que a questão da inclusão social surge no âmbito da escola no desenvolvimento de todas as disciplinas como tema transversal em que assuntos, antes ignorados, são tratados para solidificação do Estado Democrático e possível minimização das diferenças, levando a escola a tratar de temas culturais variados, voltados à inclusão das minorias.

Este artigo pretende tratar da questão da inclusão da temática etnorracial, principalmente, o negro e o “discurso da negritude”, que institui um tênue *ethos* africano no ensino em geral, mas, em particular, em Língua Portuguesa, analisando textos e atividades presentes nas Orientações Didáticas do Ciclo I do Município de São Paulo, sem deixar de lembrar que esses esforços de integração surgem sob a égide de uma herança escravocrata, em que o processo de construção democrática para o negro foi e é moroso e difícil em todos os sentidos. Assinala Fernandes (2008, p. 73) que:

Vendo-se a questão retrospectivamente, com as perspectivas abertas pela análise sociológica, percebe-se que as interpretações ex post facto dos próprios negros e mulatos são absolutamente corretas. Mesmo quando se inseriam no processo de desenvolvimento econômico e social, nas oportunidades mais favoráveis (como assalariado, artesão ou pequeno empreendedor independente) o negro e

o mulato não se incluíam entre os fatores humanos do novo surto capitalista.

Esta explicação inicial é relevante para a compreensão do *ethos* africano no ensino de Língua Portuguesa, com ênfase na leitura. Todavia, partimos da seguinte inquietação: por que falar desse tema no ensino de língua? E prontamente respondemos: Por que não falar?

Se o propósito desta obra é relacionar a Análise do Discurso aos meandros que envolvem o ensino de língua e o trabalho com o texto em sala de aula, todos os temas curriculares específicos ou transversais merecem ser tateados.

A análise do discurso, sobretudo na França de 1965, é tema de estudos de diferentes áreas de conhecimento como a Linguística, a História e a Psicologia. Muitas questões que apareceram no interior de ADF, principalmente a construção de uma abordagem discursiva dos processos ideológicos, ao longo dos anos 60, surgiram devido à convergência das referências às questões filosóficas e políticas.

De acordo com Maingueneau (1991, p. 11), o analista do discurso

supõe que um sentido oculto deve ser captado, o qual, sem uma técnica apropriada, permanece inacessível. Entretanto, como lembra M. Pêcheux (outro teórico da ADF), 'a análise de discurso não pretende se instituir como especialista da interpretação, dominando o sentido dos textos; apenas pretende construir procedimentos que exponham o olhar-leitor a níveis opacos à ação estratégica de um sujeito (...)'. O desafio crucial é o de construir interpretações, sem jamais neutralizá-las, seja através de uma minúcia qualquer de um discurso sobre o discurso, seja no espaço lógico estabilizado com pretensão universal.

Assim, a AD em sala de aula possibilita aguçar esse **olhar-leitor** e ir além das possibilidades, aparentemente, apresentadas

pelo universo textual e seus diferentes gêneros e suportes para as questões etnorraciais.

Segundo Dominique Maingueneau (1991), “*estudar os processos de formação ideológica no discurso é trabalhar em uma obra de desmistificação, prelúdio para a transformação da sociedade*”.

No decorrer deste artigo, veremos que a questão racial cria um universo discursivo que, a princípio, chamaremos de “discurso africano”, que contribui para a criação de diferentes universos discursivos, em que *o ethos* é multifacetado por, pelo menos, três faces, ora fragmentadas, ora conjugadas em sombras³ discursivas:

- ethos cristão;
- ethos idealizado;
- ethos reificado.

Observe-se que o discurso não é a replicação dos aspectos da vida social, mas sim, o âmbito onde ocorrem embates importantes para a compreensão e controle do poder social, daí o seu estatuto de materialidade. Foucault (1998) concebe a formação discursiva como prática institucional, revelando suas condições de produção segundo uma série de dispositivos identificáveis.

A análise empreendida por esse autor almeja o desmascaramento das intenções do discurso, conforme desvela seus procedimentos de controle, provocando modificações nas relações de poder aí articuladas. Portanto, realizar a análise do discurso (referido, por exemplo, ao que uma determinada sociedade organiza sobre os temas da sexualidade, do poder, da repressão, etc.), segundo esses preceitos, é fazer política, no sentido estrito do termo; é alterar o jogo de poder, isto é, a correlação e a disposição de forças no imaginário social.

³ Termo extraído e adaptado de MAINGUENEAU.

Com Foucault (1998), nota-se muito claramente que as condições de produção do discurso são intrínsecas ao próprio discurso; não estão além ou aquém dele; é na própria estrutura da formação discursiva que se pode apreender suas intenções e os termos de seu engendramento. Assim:

em toda sociedade a produção do discurso está controlada, selecionada e redistribuída por um certo número de procedimentos que têm por função excluir poderes e perigos, dominar o acontecimento aleatório e esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 1998, p. 34).

Nesse sentido, sabemos que uma determinada formação discursiva integra o seu inverso de forma a negá-lo por meio de uma posição ideológica divergente, definindo, consequentemente, o lugar desse *alter ego* no espaço discursivo.

É nesse aspecto que vemos fundada a polêmica, pois os sujeitos discursivos são integrados pelo discurso agente (aquele que se encontra em posição de tradutor) como simulacro, representado – numa semântica do discurso – pelos semas que definem a grade semântica daquela formação discursiva. A linguagem é enredada por posições enunciativas que configuram formações discursivas⁴ quase sempre antagônicas.

É por essa razão que se concebe o primado do interdiscurso sobre o discurso, pois aquele é o terreno que possibilita o surgimento, a recepção e a circulação deste no que concerne à formação discursiva. E será essa relevância que encaminhará as interpretações possíveis em níveis de significados, ideacionais e interpessoais.

Pensando nesses níveis e retomando a questão racial relacionada à democracia, cabe ressaltar que Florestan Fernandes, em sua obra *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*, afirma

⁴ O termo *formação discursiva* será tomado aqui como sinônimo de *discurso*, conforme propõe Maingueneau (1991).

que “a democracia racial é um mito”, e a análise da ancestralidade das relações interpessoais leva à constatação disso.

De maneira que a História e a Cultura do negro no Brasil diluem-se nesse processo de exploração capital e de inadequação no capital, uma vez que, conforme assinala o autor, no processo de urbanização e industrialização, tanto o negro quanto o mulato não tiveram espaço, cedendo espaço à mão-de-obra estrangeira.

Esses pressupostos sobre a AD e algumas questões basilares sobre a real História do negro no Brasil são significativos para que possamos estabelecer algumas reflexões iniciais sobre o discurso que, na suposta tentativa de resgatar a imagem do negro na sociedade brasileira, cumpre seu papel parcialmente, pois não abandona as amarras colonialistas herdadas no processo de construção braçal e intelectual da nação.

2. **Imagens de África nas Orientações Didáticas**

As Orientações Didáticas Etnicorraciais (ODE) – ciclo I, do Município de São Paulo, aqui tomadas como *corpus* para análise do discurso africano em aula de língua, iniciam suas orientações salientando, na *Introdução*, que surgem em resposta à “implementação da lei nº 10.639/03 no currículo escolar, no sentido **de** garantir a formação de professores em História e Cultura Africanas.” (p.9)⁵

Até certo ponto, respondem ao tema exigido pela lei e sinalizam uma possibilidade efetiva de trabalho com os professores para lidar com esse tema curricular atual, funcionando como suporte de diferentes gêneros discursivos para o trato das questões raciais. Todavia, como analisar e trabalhar essa questão sob a ótica da AD? Como a AD pode colaborar para ampliar o olhar-leitor dos professores para a questão e, conseqüentemente, dos alunos?

⁵ Grifo nosso.

Primeiramente, identificando a que campo discursivo enquadram-se as Orientações Didáticas. Tendenciosamente, podemos pensar que pertencem ao campo educacional. Por sua conotação e aplicabilidade, todavia, verifica-se que estão imbuídas dentro do universo educacional, pertencendo ao campo político, em que diferentes gêneros discursivos mesclam-se para compor o objetivo de “multiplicar ideias e experiências” com o tema. Para entender melhor essa questão, note-se que:

Elementos de AD	Caracterização
Universo discursivo	O universo discursivo consiste no conjunto de formações discursivas de todos os tipos que interagem em uma conjuntura dada. O universo discursivo não pode ser apreendido em sua globalidade, porém representa necessariamente um conjunto finito.
Campo discursivo	É um conjunto de formações discursivas que se encontram em concorrência, delimitam-se reciprocamente em uma região determinada do universo discursivo. ‘Concorrência’ deve ser entendida da maneira mais ampla; inclui tanto o confronto aberto quanto a aliança, a neutralidade aparente
Ethos	Imagem/representação criada no processo de interação, variável, de acordo com o gênero.

Adaptado de Maingueneau.

Compreender a definição desses elementos é importante para interpretar a relevância da temática etnorracial e seu discurso, pois o documento é orientado a professores do Ensino Fundamental e surge para responder às necessidades ideológicas de dis-

sipar questões raciais que envolvam preconceitos. Já na primeira parte, na Contextualização Conceitual, encontramos afirmações como:

[1] **O preconceito** leva à **discriminação, à marginalização** e à violência, uma vez que é baseado unicamente nas aparências e na empatia.(...)

[2] ...a educação antirracista **deve desconstruir toda sorte de estereótipos** existentes dentro e fora do espaço escolar. A expressão **estereótipo** derivada originalmente do grego stereo, refere-se a uma impressão mental fixa. (afirmação seguida de citação teórica sobre a definição de estereótipo) (p.15).

As OD Etnicorraciais têm por objetivo apresentar atividades, projetos e reflexões sobre o tema nas seguintes áreas: Língua Portuguesa, Matemática, Natureza e Sociedade, Artes e Educação Física.

Retomando os aspectos sociais iniciais, que envolvem historicamente a posição social do negro na sociedade brasileira e o “mito democrático”, encontramos claramente uma idealização democrática racial no discurso, que constitui uma suposta africanidade, porém não se sustenta, uma vez que a, cada item positivo, sobrepõem-se aspectos discursivos no âmbito enunciativo/discursivo que contrapõem a ideia de Democracia, reiterando estereótipos, uma vez que se insere no campo do discurso político, porque responde à lei, que surge, aparentemente, como resultado do processo democrático.

Se, por um lado, instaura e garante os direitos da população negra e indígena de terem, assim, seu passado e sua cultura resgatados, por outro, a maneira como o suporte se organiza manifesta o controle social inter-racial. No momento em que estabelece e inicia a questão apresentando elementos já postos como **preconceito, discriminação e estereótipos**. [1 e 2].

Assim, a negação do estereótipo cria uma idealização de libertação deste e instaura um novo estereótipo, em vez de tratar a temática de forma mais concreta, em que esses implícitos discursivos, obviamente, instaurados historicamente, viriam à baila ou poderiam ser mais bem explorados, a partir dos próprios textos e gêneros presentes no suporte.

O que queremos dizer com isso? Direcionando-nos para a nossa área específica, cujo amálgama de textos reveladores de diferentes universos discursivos é riquíssimo, dentre os gêneros do discurso ali presentes, encontramos contos, lendas, parlen-das, textos científicos, receitas etc. Destacamos alguns gêneros e fragmentos, relevantes para a reflexão que faremos a seguir para exemplificar:

[3] **Trabalhando com Canção**

(...)

Eu sou angoleiro

Angoleiro jogador

Eu sou angoleiro

Angoleiro de valor

Eu sou angoleiro

Angoleiro é o que eu sou. (p.27)

(...)

[4] **Negrinho do Pastoreio (Indicada para 1º. e 3º. Anos)**

Sua história surgiu lá pelas bandas do Rio Grande do Sul. Ele era o escravo de um fazendeiro cruel. Ao perder alguns cavalos baios que pastoreava, o menino levou uma surra tremenda a mando do dono da fazenda. Quando **estava bastante machucado e sangrando**, foi jogado dentro de um formigueiro. Contam os antigos que ele ressurgiu

tempos depois, montado num cavalo, que segue à frente de uma tropilha. Detalhe: eles são invisíveis, só é possível ouvir seus sons pelas colinas. Ah, e se você perdeu alguma coisa aí, peça para o Negrinho do Pastoreio encontrá-la para você – dizem que ele é bom.

[5] A Ponte entre o Orum e o Aiyê

Reza uma **história africana**, originária de Ketu, que no início de tudo havia o **Orum**, o espaço infinito, e lá vivia o deus supremo **Olorum**. Certo dia, **Olorum** criou uma imensa massa de água, de onde nasceu o primeiro orixá: **Oxalá**, o único capaz de dar vida. **Olorum** mandou **Oxalá** partir e criar o **aiyê**, o mundo. Só que **Oxalá** não fez as oferendas necessárias para a viagem e enfrentou sérios problemas no caminho.

Quem acabou criando o mundo foi Odudua, sua porção feminina. Para consolar Oxalá, o deus supremo lhe deu outra missão: a de inventar os seres que habitariam o aiyê. Assim Oxalá usou a água branca e a lama marrom para criar peixes azuis, árvores verdes e homens de todas as cores. Foram justamente os homens que, mais tarde, imaginaram formas de adorar e representar a saga de deuses como Oxalá, Odudua, Olorum e tantos outros. *In:www.acordacultura.org.br*

Em [3], [4] e [5], percebemos que há um esforço de destacar o valor de uma raça, o sofrimento e a religiosidade, contudo, ao trazer uma proposta “nova”, resgata o discurso milenar instaurado publicamente de uma África ao estilo de desenhos animados como Madagascar, ou limitada ao âmbito do Candomblé, como conteúdo curricular que instaura a possibilidade de um estado laico.

O tema central do discurso “constituente” da figura do negro na sociedade e seus problemas efetivos dilui-se, assim,

no discurso “politicamente correto”, que não dá subsídios para que o professor saiba qual é a realidade de Angola hoje, social e politicamente, mantendo-se no extremo da idealização ou da superficialidade de questões genéticas ou sociais, gerando o que consideramos uma imagem/ethos equivocada e tripartida, a partir de um mesmo eixo, o *ethos* que ora reitera a visão do sacrifício cristão e da humanidade (*ethos cristão*), ora reitera a visão do negro primitivo (*ethos idealizado*), ora a visão da África do candomblé e de animais selvagens, como se lá não houvesse produção cultural e diversidade religiosa, reificando uma “pseudo-nova imagem”/ “pseudo-ethos”, ao qual chamaremos de *ethos reificado* por essas questões milenares que debatem e transcendem às superfícies do discurso, como forma de controle discursivo democrático.

Se não há em nenhuma parte das OD a ideia de um negro inferior explícita, há, implicitamente, a ideia de um negro idealizado, romantizado e distante do ideal democrático efetivo, que pode servir ao processo educacional, se o professor souber aproveitar tais meandros, uma vez que as atividades propostas limitam-se a projetos que envolvem canções folclóricas, questões genéticas etc. Em [4], por exemplo, não há uma remissão ao fato de que seres humanos foram escravizados, tem-se a impressão de que o produtor do material idealizava essa história, já consagrada pelo sofrer do Negrinho, uma vez que se trata de texto deveras conhecido, embora haja, na raiz desse pensamento de libertação de estereótipos e preconceitos, o esquecimento/apagamento de que:

Sem a ideia de que o ‘negro’ seria ‘inferior’ e necessariamente ‘subordinado’ ao ‘branco’, a escravidão não seria possível num país cristão. Tomaram-se estas noções para dar fundamento à escravidão e para alimentar outra racionalização corrente, segundo a qual o próprio negro seria ‘beneficiado’ pela escravidão, mas sem aceitar-se a moral da relação que estabelecia entre o senhor e o escravo. Por isso, surgiu no Brasil uma espécie de preconceito

reativo: o preconceito contra o preconceito de ter preconceito. Ao que parece, entendia-se que ter preconceito seria degradante e o esforço maior passou a ser o de combater a ideia de que existiria preconceito no Brasil, sem se fazer nada (FERNANDES, 2005-2006, p. 173).

Ainda que o documento aborde a temática da discriminação, acaba por reiterar, até certo ponto, esse “preconceito de ter preconceito”. Consideremos que no exemplo apresentado em [2] há uma frase feita que não responde à multiplicidade que envolve questionamentos maiores: quais são os estereótipos a serem desconstruídos e como fazê-lo? Será que ler textos que tratem do negro ou da África seria o caminho?

De fato, existem várias formas socioculturais de preconceito racial. O que há de mal conosco consiste no fato de que tomamos como paralelo o tipo de preconceito racial explícito, aberto e sistemático posto em prática nos Estados Unidos. Todavia, os especialistas já evidenciaram que existem vários tipos de preconceito, e pelo menos um sociólogo brasileiro, o prof. Oracy Nogueira, preocupou-se em caracterizar as diferenças existentes entre o preconceito racial sistemático, que ocorre nos Estados Unidos, e o preconceito dissimulado e assistemático, do tipo que se manifesta no Brasil. Já tentei, de minha parte, compreender geneticamente o nosso modo de ser. Segundo penso, o catolicismo criou um drama moral para os antigos senhores de escravos, pois a escravidão colidia com os ‘mores’ cristãos. Surgiu daí a tendência a disfarçar a inobservância dos ‘mores’, pela recusa sistemática do reconhecimento da existência de um preconceito que legitimava a própria escravidão” (FERNANDES, 2005-2006, p. 176).

Assim, seria interessante que, no trato com o material que envolve o ensino de língua, os sujeitos pudessem verificar se não há nos materiais escolhidos uma instauração velada de um discurso paralelo.

3. Da Análise à Metodologia: Para um Estudo do Discurso Racista

Em razão do exposto, trabalhar itens que envolvam o discurso etnorracial no ensino, sem dúvida alguma, não é tarefa fácil. A análise do discurso acima, longe de ser uma crítica ao material apresentado, é um louvor a sua presença em contexto educacional, uma vez que sequer tínhamos esta possibilidade em pleno século XIX.

Retomando as inquietações expostas na análise, as categorias e a própria análise, finalizamos este artigo com uma possibilidade de utilização do material disponibilizado na rede, uma vez que, além dos textos, há atividades. Pensamos que há dois movimentos pedagógicos a serem feitos para a conjugação do trabalho com aspectos linguístico-discursivos.



FIGURA 1 – Percurso AD x Metodologia

Para finalizar e exemplificar o que foi dito, se analisamos **Negrinho do Pastoreio** [4], trata-se de um gênero narrativo que circulará no espaço escolar. Ao fazermos a listagem, numa primeira leitura, temos os seguintes resultados a serem aproveitados para planejamento e aplicação:

Caracterizador	Aspectos Discursivos	Ação	Aplicação
Contexto de produção	Ambiente escravocrata, inferiorização da raça negra, discurso constituinte (...)	Pesquisar data de produção e/ou autoria; Analisar a posição do negro da época.	Estabelecer objetivos de acordo com faixa etária, objetivos e materiais didáticos
Campo lexical	Depreciativo	Análise da composição dos termos.	Analisar o léxico para produção

Este quadro apenas sugere uma possibilidade de análise dos dados de forma generalizada, na prática, o professor deveria levar em consideração todos os aspectos que envolvem a discursividade desse campo.

É fato que abordar questões etnoraciais para uma possível desconstrução do estereótipo não é fácil, contudo, é importante considerar quão arraigados estão os estereótipos no discurso e quais outros estão arraigados historicamente na questão, para que não se caia no erro de substituir um estereótipo por outro, uma vez que o “mito da democracia racial” persiste, e a África não se limita às crenças ou às condições econômicas. Além disso, documentos como as OD são necessários para que a questão não seja banalizada. Ali, encontramos gêneros discursivos, cujas nuances permitem, se não reconstruir, pelo menos discutir o tema para um ensino crítico e igualitário para todos.

Bibliografia

- BRANDÃO, H. N. *Introdução à análise do discurso*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2.ed., 1993.
- FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. UnB, 2001.
- FERNANDES, F. *A questão racial brasileira*. **In:** REVISTA USP, São Paulo, n.68, p. 168-179, dezembro/fevereiro 2005-2006.

- _____. *Integração do Negro na Sociedade de Classes: Ensaio de Interpretação Sociológica*. Vol. I. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2008.
- FOUCAULT, M. *Arqueologia do poder*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.
- MAINGUENEAU, D. *Doze Conceitos em Análise do Discurso*. São Paulo: Parábola, 2010.
- _____. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes, 1991.
- _____. *Os termos-chave da análise do discurso*. Trad. de M. Adelaide P.P. Coelho da Silva. Lisboa: Gradiva, 1998.
- ORLANDI, E. *Discurso e texto – formulação e circulação de sentidos*. Campinas: Pontes Editora, 2001.
- PEDRO, E. *Análise Crítica do Discurso – Uma perspectiva sociopolítica e funcional*. Lisboa: Caminho, 1997.
- SÃO PAULO. *Caderno de Orientações Didáticas Etnicorraciais (ODE) – ciclo I*, do Município de São Paulo. São Paulo: SME/DOT, 2010. Disponível em: http://portalsme.prefeitura.sp.gov.br/Projetos/BibliPed/Documentos/publicacoes/CadOrientDid_etnia2010.pdf. Acesso em: 29 Nov. 2013.
- VAN DIJK, T. A. *Racismo y análisis crítico de los medios*. Paidós, Buenos Aires/Barcelona, 1997.
- _____. *El discurso como interacción social*. Barcelona, Gedisa, 2000.
- _____. *Cognição, discurso e interação*. São Paulo, Contexto, 1999.
- _____. *Texto y contexto*. Madrid, Cátedra, 1984.
- VAN LEEUVEN, T. “The representation of social actors”, in C.R. Caldas-Coulhard e M, Coulthard, *Texts and Practices. Readings in Critical Discourse Analysis*, pp 32 – 70. Londres: Routledge.
- WODAK, R. (org.) *Language, Power and Ideology: Studies in Political Discourse*. Amsterdam: John Benjamins, 1989.